

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 29 - SETEMBRO 2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

JUSTIÇA
ELEITORAL

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

A edição de setembro do *Boletim de Análise da Conjuntura* dedica-se aos principais temas que dominaram o cenário internacional e nacional no período recente. Em **Golpe contra o Estado** a análise mostra que o programa privatista impulsionado pelo governo golpista e por candidatos presidenciais da direita vão na contramão do que vem sendo realizado em países importantes. Recuperar o papel do Estado para o desenvolvimento econômico com bem-estar social é fundamental. Esse papel está em forte disputa no atual processo eleitoral.

Na seção **Internacional** se abordam três temas: análise das propostas de política externa dos cinco candidatos à Presidência do Brasil melhor situados nas pesquisas, as perspectivas de composição do novo governo sueco e a realização da terceira cúpula de chefes de Estado das duas Coreias.

Política e Opinião Pública aborda a evolução nas intenções de voto para as eleições presidenciais, a partir da oficialização da candidatura de Fernando Haddad, desde o dia 11 de setembro, após a impugnação da candidatura de Lula. Poucos dias antes, uma facada contra o candidato Jair Bolsonaro, até então vice-líder nas pesquisas, tumultuou o cenário eleitoral. A sessão analisa os segmentos que mais se destacam na transferência de votos de Lula para a candidatura de Haddad e os que mais a rejeitam e como se desenham os cenários para segundo turno após esses acontecimentos.

Um quadro sobre o funcionamento recente do mercado de trabalho no Brasil é apresentado na seção **Social** do Boletim. Todos os dados relativos a trabalho, pobreza e desenvolvimento humano mostram que, nos anos recentes, o Brasil apresenta uma piora nos índices sociais, sem ainda conseguir se recuperar satisfatoriamente.

A parte de **Economia** mostra que o fraco desempenho das atividades econômicas do Brasil ao longo deste ano levou o país ao último lugar no ranque de crescimento econômico entre as vinte maiores economias do mundo. Com um governo moribundo e enredado na mania do ajuste fiscal, nenhum componente da demanda consegue mostrar vitalidade e não por acaso as projeções de 2018 se aproximam melancolicamente a 1% de crescimento do PIB, tal qual ocorreu em 2017.

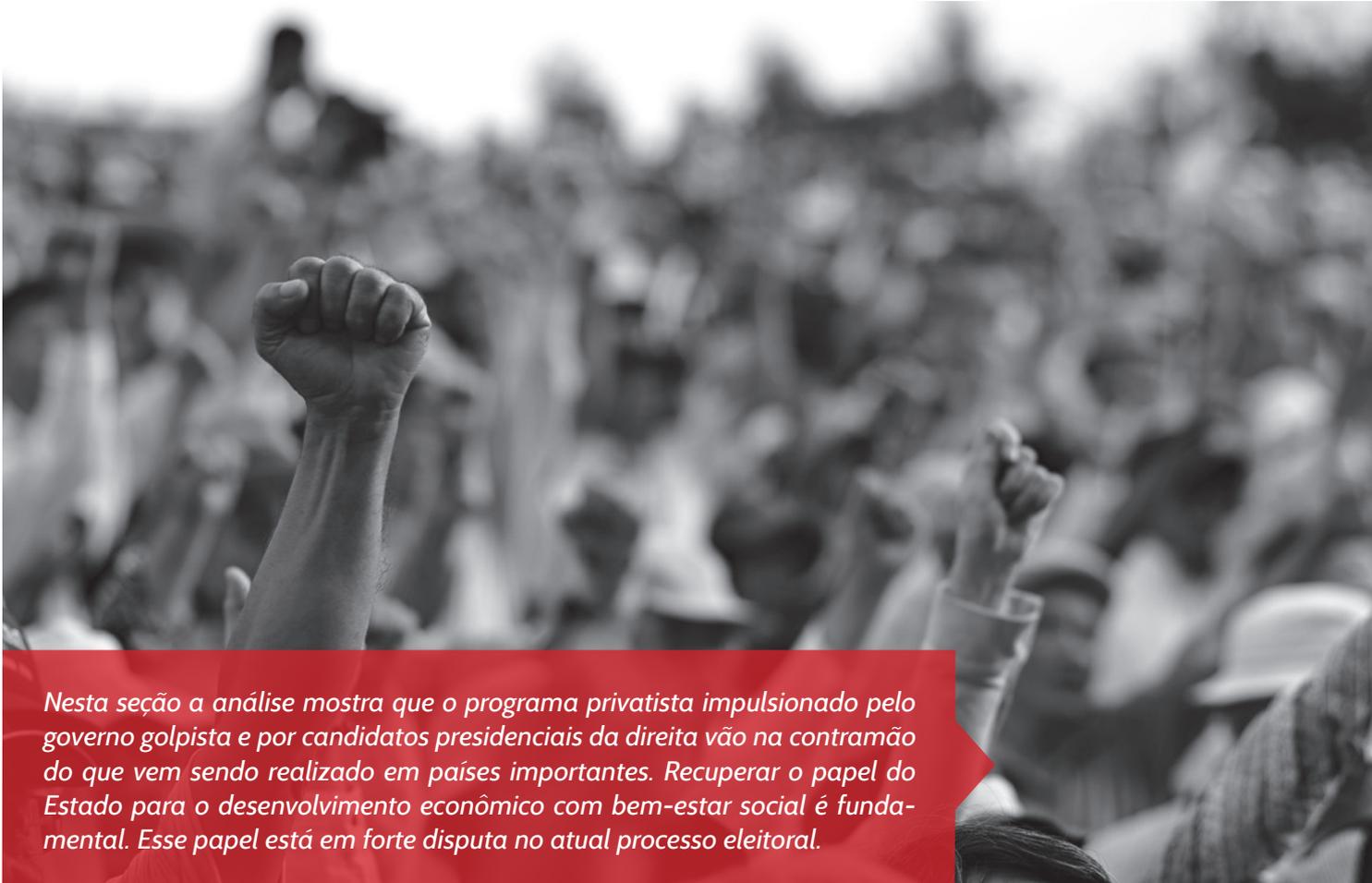
Na seção **Territorial** se faz um detalhado estudo sobre as mortes violentas provocadas pela ação policial no país. As mortes decorrentes de intervenção policial aumentaram em 55% nos últimos dois anos, chegando a 5.159 pessoas em 2017. O que mostram as estatísticas é que essa exacerbada truculência no combate à criminalidade tem demonstrado não só sua ineficácia, mas também colaborado para o agravamento da violência como um todo na sociedade.

A área de **Comunicação** traz uma análise do comportamento editorial e dos articulistas da mídia tradicional após a apresentação de Fernando Haddad como candidato do PT e de sua rápida ascensão nas pesquisas de intenção de voto. Na parte internacional, o tema em questão é a grande polarização existente no Brasil, considerada preocupante pelos principais jornais estrangeiros.

Na seção de **Movimentos Sociais** se destaca o crescimento de uma mobilização cidadã contra o fascismo e o discurso de ódio e intolerância. À medida que se aproximam as eleições, ganha força a capacidade da militância democrática e popular de se mobilizar nas redes e nas ruas. E o movimento sindical passa por mais um duro teste depois da retirada de direitos trabalhistas e sindicais realizada pela reforma aprovada pelo Congresso.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Nesta seção a análise mostra que o programa privatista impulsionado pelo governo golpista e por candidatos presidenciais da direita vão na contramão do que vem sendo realizado em países importantes. Recuperar o papel do Estado para o desenvolvimento econômico com bem-estar social é fundamental. Esse papel está em forte disputa no atual processo eleitoral.

A reestatização dos serviços públicos na Europa e na América Latina

O governo Temer estabeleceu a privatização como uma de suas diretrizes prioritárias, os argumentos são tão velhos quanto problemáticos: modernizar o Estado, diminuir a corrupção e realizar superávit fiscal com o desmonte do patrimônio público. As experiências internacionais mais recentes, entretanto, demonstram o atraso e as falácias por trás desses argumentos. Na contramão do que ocorre no Brasil, países desenvolvidos e em desenvolvimento têm passado por ondas recentes de reestatização.

Tanto na Europa quanto na América Latina se observa mais recentemente um movimento de enfrentamento contra as lacunas deixadas pelos processos de privatização das empresas estatais levado a cabo ao longo, sobretudo, da década de 1990.

Na Inglaterra, pioneira nas desestatizações e nas parcerias público-privadas (PPPs), se iniciou em

2018 um processo de reestatização dos serviços penitenciário e ferroviário, com a retomada do controle estatal sobre a penitenciária de Birmingham e a companhia ferroviária East Coast Main Line. Do mesmo modo, o país experimenta o encolhimento do número de PPPs: entre 2006 e 2016 foram realizadas cerca de cinquenta PPPs, mas, em 2017, apenas uma foi viabilizada. No Parlamento Britânico se debatem hoje projetos de lei pedindo a nacionalização das principais empresas ferroviárias, de água, de eletricidade e de gás.

Na França, o estaleiro STX France foi estatizado a fim de evitar sua compra pelo grupo italiano Fincantieri, um movimento análogo ao que ocorre no setor de saneamento e águas, e o país entra em uma onda de remunicipalização da oferta desses serviços públicos. Entre 2000 e 2017 o país experimentou 104 casos de remunicipalização de ativi-

dades ligadas à água. O caso torna-se mais expressivo quando se considera o fato de que a França é o país onde se situam as duas maiores empresas de saneamento do mundo, a Suez e a Veolia, ambas em processos de estudo de reestatização. O mesmo tem ocorrido nos EUA, onde 61 empresas de água e saneamento também foram reincorporadas pelo Estado nos últimos anos. Na Alemanha também há um intenso debate público sobre a necessidade de reestatização dos serviços públicos essenciais. Vale destacar que em todos esses casos a participação do Poder Legislativo e da sociedade civil organizada tem sido levada em consideração.

Na América Latina, no governo Cristina Kirchner, em 2008, a Argentina reestatizou seu sistema previdenciário, ao passo que no governo Evo Morales, em 2006, a Bolívia reestatizou o setor de gás natural. A força das empresas estatais dos países centrais também se explicita no fato de que parte dos ativos brasileiros vendidos para estrangeiros, no âmbito do recente Programa de Parcerias e Investimentos do Governo Federal, tem sido adquirida por grandes empresas estatais de outros países.

Como se pode notar, os processos de retomada das capacidades estatais ocorrem em países com governos das mais diferentes matizes ideológicas, o que tem determinado tais decisões. Alguns fatores são comuns a todas essas experiências: a prioridade do pagamento de dividendos para os acionistas substitui o investimento na melhoria e na manutenção dos serviços para a população; o aumento no preço dos produtos e serviços negociados, acompanhado da negligência com relação à ampliação ou universalização do acesso; a falta de ganhos em eficiência e qualidade, acompanhada da perda de soberania ou autonomia nacional. Tais questões nos colocam diante de um tema fundamental no tratamento das empresas estatais, sua dupla natureza: privada-empresarial e pública-estatal.

Como se sabe, as empresas estatais guardam uma dupla natureza, enquanto entes empresariais precisam assegurar lucratividade e rentabilidade, enquanto entes públicos precisam atender à população. No caso das empresas estatais que se organizam sob forma de sociedade de economia mista é sempre complexa a convivência entre os interesses públicos

do acionista majoritário, o Estado, e os interesses privados dos acionistas minoritários, no mercado.

No entanto, não deve haver dúvida sobre a prioridade dos interesses do Estado e da sociedade sobre os interesses do mercado e dos acionistas não-controladores, sob pena de se violar o ordem econômica tal como definida pela Constituição.

Nesse sentido, de acordo com a Constituição Cidadã de 1988, as empresas estatais no Brasil têm a função pública de defesa da soberania (art. 1), do desenvolvimento nacional (art. 3-II), da redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3-III), da busca pelo pleno emprego (art. 170-VIII) e da construção das bases do planejamento (art. 174-I).

No Brasil, atualmente, temos um total de 144 empresas estatais, entre matrizes e subsidiárias, atuantes nos setores de desenvolvimento regional, saúde, comunicações, participações, transporte, abastecimento, seguros, pesquisa e planejamento, portos, indústria de transformação, comércio e serviços, finanças, petróleo, gás e derivados e energia.

Os setores bancário e energético são os mais robustos, o Sistema Financeiro Público respondeu por 50% do orçamento das estatais em 2017, o Grupo Petrobras respondeu por 41%, o Grupo Eletrobras por 6% e o restante por 4%, no mesmo período.

Entre 2007 e 2017, as empresas estatais responderam por cerca de um terço do investimento produtivo realizado no país. Além disso, elas foram responsáveis pela manutenção de 504.449 empregos, considerando apenas o quadro de pessoal efetivo. Apenas em 2017, o resultado líquido do conjunto das empresas estatais alcançou o montante de 28,4 bilhões de reais. O avanço em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil está diretamente ligado às capacidades estatais de empresas como Petrobras, Eletrobras, Embrapa e Embrapii.

Além disso, vale ressaltar que de acordo com a lei das sociedades anônimas, a constituição de companhia de economia mista depende de prévia autorização legislativa (art. 236). Sendo assim, a desconstituição e a desestatização de uma companhia de economia mista com controle estatal deve também ser um processo que envolva a sociedade civil e o parlamento.

Nesse sentido, os efeitos concretos das privatizações tal como tem acontecido no Brasil atualmente caminham na contramão do que ocorre nas economias centrais e no caminho oposto do que determinam os princípios e os aspectos programáticos da Ordem Econômica promulgada com a Constituição Cidadã de 1988. As empresas estatais

são parte do arranjo econômico institucional que viabilizou o desenvolvimento brasileiro, integram o patrimônio nacional, portanto, devem ser resguardadas com o máximo de lisura a fim de não se perderem os instrumentos necessários para a retomada do crescimento econômico no país.



acesse
o canal **teveFPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

INTERNACIONAL



Esta seção analisa as propostas de política externa dos cinco candidatos à Presidência do Brasil melhor situados nas pesquisas, as perspectivas de composição do novo governo sueco e a realização da terceira cúpula de chefes de Estado das duas Coreias.

A política externa dos candidatos à Presidência

As propostas de política externa são geralmente escamoteadas durante a corrida eleitoral, seja nos debates entre os candidatos, seja em seus próprios planos de governo. O máximo que se ouve publicamente durante a atual campanha presidencial diz respeito à questão da Venezuela e de maneira muito rasa, limitando-se, muitas vezes, a dizer se “tal partido” ou “tal candidato” apoiou ou não os governos chavistas. Ou seja, a política externa de fato pensada como uma política pública empreendida pelo governo não é discutida de maneira aprofundada e produtiva por vários candidatos.

Um bom projeto de política externa que esteja alinhado com os objetivos de desenvolvimento do país e com o que acontece na movimentação do cenário internacional é fundamental. Na era dos governos Lula e Dilma, a política externa projetou o Brasil internacionalmente e deu destaque ao país em muitas plataformas e encontros, ao mesmo tempo

que foi uma ferramenta importante para seu desenvolvimento. Não à toa, essa foi nomeada de “altiva e ativa”, e o então ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, foi considerado o melhor chanceler do mundo pela revista *“Foreign Affairs”*.

O plano de governo do candidato do PT, Fernando Haddad, visa reconstruir o projeto de política externa supracitado, dando continuidade e aprofundando o que já estava sendo feito com êxito mas que sofreu uma ruptura com o golpe de 2016. Assim, além de preservar as relações com as grandes potências, propõe focar nas alianças com a América Latina e com o Sul global, ambas direções fundamentadas no multilateralismo.

Para tanto, seriam necessárias medidas como a integração das cadeias produtivas regionais, o fortalecimento do Mercosul e da Unasul (União de Nações Sul-americanas), bem como da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) - que pode ser muito favorecida com a posse

do novo presidente mexicano, López Obrador, em dezembro. O Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) e o Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) também são apontados como agrupamentos que merecem ênfase e maior robustez.

A importância dada para o multilateralismo, o âmbito regional e para as relações com outros países do Sul mostra que, se Haddad for eleito, o país buscará, assim como no período anterior, projetar-se internacionalmente e terá maior peso no cenário externo. Porém, o programa pouco se refere à China e à iniciativa da Nova Rota da Seda, que deverá ser, nos próximos anos, um fator relevante na dinâmica internacional, tanto política quanto economicamente.

No plano de governo de Ciro Gomes, do PDT, a política externa também tem um peso considerável e, assim como no de Haddad, propõe buscar uma reanimação das relações com a região e com o Sul global. Entretanto, este não seria o seu foco, já que fala muito mais a favor de acordos comerciais e do estreitamento das relações do Brasil com os Estados Unidos, embora ressalte o óbice a relações “neocoloniais”. Isso se reflete no próprio posicionamento frente ao Mercosul, por exemplo, pois é proposto somente o aprofundamento do livre-comércio nos moldes de quando foi criado, durante o governo de Fernando Collor de Mello, sem levar em consideração que outras medidas, como as referentes à infraestrutura e às políticas sociais, poderiam ser muito benéficas para a integração regional.

Os acordos comerciais, bem como o livre-comércio, aparecem também no projeto de política externa de outro candidato, Geraldo Alckmin, do PSDB, inclusive propondo filiar o Brasil ao Tratado Transpacífico. Seu plano de governo é bem menor se comparado aos demais e, desse modo, suas propostas de política externa são extremamente rasas e curtas. Além da defesa dos acordos comerciais e revisão de aspectos da Unasul, só é proposto que o Brasil assumira suas responsabilidades com o Acordo de Paris, que versa sobre o clima, e que ele seja um país que preze pela democracia e pelos direitos humanos. Não deixa de ser irônica esta última parte, já que o PSDB foi, junto com o MDB, o partido que sustentou o golpe de 2016 e, conseqüentemente, jogou a democracia no ralo. Um ex-filiado ao partido e agora juiz do Supremo Tribunal Fede-

ral, ao comentar a decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU de fazer cumprir o direito do ex-presidente Lula de se candidatar, saiu-se com essa: “cada macaco no seu galho”.

Marina Silva também envereda por uma política externa com ênfase no livre-comércio e na sustentabilidade. Por um lado, propõe a adesão brasileira à Aliança do Pacífico e, por outro, menciona a obrigatoriedade de cumprir os tratados de meio ambiente, mas não menciona os acordos de Paris. Defende uma política externa “desideologizada”, seja lá o que quer dizer com isso, como se a política não seguisse a ideologia, de direita ou de esquerda, de quem governa.

Por fim, o último plano de governo e o que é, sem dúvidas, desastroso sob todos seus aspectos, é o do candidato do PSL, Jair Bolsonaro. Na sua política externa, os únicos países citados nominalmente e que seriam, em sua concepção, democracias exemplares, são Estados Unidos, Israel e Itália. Todos estes, atualmente, governados por um projeto que prega a xenofobia - em Israel o que está acontecendo é a elevação disso para o genocídio dos palestinos - e o nacionalismo irrestrito. Percebe-se, então, que para Bolsonaro democracia é aquela que exclui e, em vários casos, simplesmente elimina as posições políticas mais vulneráveis.

Extrema direita cresce na Suécia

O partido de extrema direita, Democratas Suecos, cresceu na eleição parlamentar realizada em 9 de setembro e seus líderes afirmam que se dispõem a participar de qualquer governo que venha a ser formado em troca de medidas para coibir a imigração em direção à Suécia. Este partido obteve 17,53% dos votos e elegeu 62 deputados, treze a mais do que na eleição de 2014.

O primeiro-ministro atual é o social-democrata Stefan Löfven, frente a um governo minoritário formado pelo Partido Social-Democrata em aliança com os verdes e apoio pontual no Parlamento do Partido da Esquerda que não ingressou no seu governo. Na atual eleição os social-democratas obtiveram 28,6% dos votos, o pior resultado em cem anos, e perderam treze cadeiras. Os verdes obtive-

ram 4,41% dos votos e elegeram dezesseis deputados, nove a menos do que em 2014. A esquerda, por sua vez, cresceu e alcançou 8% dos votos, elegendo 28 deputados, sete a mais do que possuía. O percentual de votos para o campo político da social-democracia, dos verdes e da esquerda foi de 40,68%, ligeiramente superior à soma dos votos do bloco conservador que, excluída a extrema direita, somou 40,26%.

Os partidos que compõem o bloco conservador são o Moderado, com 19,84% dos votos e setenta cadeiras no Parlamento, catorze a menos do que na eleição passada; o Centro, que obteve 8,6% e cresceu de 22 para 31 cadeiras; o Democrata Cristão, com 6,32% dos votos e 22 parlamentares, seis à mais e o Partido Liberal, com 5,49% e vinte deputados, um a mais do que os eleitos em 2014.

Para eleger parlamentares na Suécia, qualquer partido político necessita ultrapassar a barreira de 4% dos votos. Os Democratas Suecos, uma herança do Partido Nazista Sueco, o conseguiram pela primeira vez em 2010, e a reação dos demais partidos foi o de estabelecer um “cordão sanitário” em torno desta extrema direita para tentar impedir seu crescimento e sua influência sobre o funcionamento das instituições suecas. No entanto, sua representatividade cresceu e hoje reivindica participação no governo como já ocorre na Itália, Áustria, Noruega e outros países europeus.

O líder do Partido Moderado, Ulf Kristersson, declarou no dia da eleição que era a hora de o primeiro-ministro Löfven renunciar e permitir aos conservadores formar o novo governo, ao que ele teria respondido algo na linha de “nem à pau, Juvenal”. O processo poderá levar semanas, mas a prerrogativa de tentar formar um governo cabe em primeiro lugar aos social-democratas, pois obtiveram o maior percentual de votos. Neste caso, haveria várias hipóteses.

Uma seria repetir o governo minoritário da coali-

ção vermelha e verde com apoio da esquerda no Parlamento. Porém, há três obstáculos: a coalizão perdeu 22 parlamentares. A esquerda vai exigir mais agora do que pediu em 2014, porque cresceu, e normalmente a centro-esquerda se dispõem a fazer poucas concessões à esquerda. E, em terceiro lugar, se a oposição se unir, não passará nada do que o governo propuser no Parlamento.

A outra opção seria uma coalizão governamental da centro-esquerda com o centro e a centro-direita nos moldes alemães, ao revés, com um primeiro-ministro social-democrata e ministros conservadores em postos importantes como, por exemplo, a economia.

A ver, mas há uma certeza: em qualquer hipótese, os tempos serão duros na Suécia para os imigrantes e refugiados.

A terceira cúpula de chefes de Estado das Coreias

Com a presença do presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, realizou-se a terceira Cúpula de Chefes de Estado das duas Coreias, em Pyongyang, capital da Coreia do Norte, entre os dias 18 e 20 de setembro, tendo seu presidente, Kim Jong-un, como anfitrião.

Foi aprovada e divulgada uma declaração conjunta na qual ambos os governos se comprometem a retirar as minas terrestres dos dois lados da fronteira comum, a Coreia do Norte se compromete a desmantelar seu complexo nuclear na presença de observadores internacionais, se os Estados Unidos se comprometerem com medida semelhante, e Kim Jong-un visitará a Coreia do Sul num futuro próximo.

Apesar de ser uma declaração vaga, o processo de aproximação e de discussões entre os dois governos tem sido importante com vistas a constituir um acordo de paz definitivo entre os dois países e de convivência normal entre eles, já que apenas existe um armistício estabelecido em 1953.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção analisa a evolução das intenções de voto para as eleições presidenciais, a partir da oficialização da candidatura de Fernando Haddad desde o dia 11 de setembro, após a impugnação da candidatura de Lula e findado o prazo para sua substituição. Pouco antes, uma facada contra o candidato Jair Bolsonaro, até então vice-líder nas pesquisas, tumultuou o cenário eleitoral. Enfoca ainda os segmentos que mais se destacam na transferência de votos de Lula para a candidatura de Haddad e os que mais a rejeitam.

Candidatura de Haddad substitui a de Lula

Fernando Haddad oficializou em 11 de setembro seu nome como substituto ao do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a disputa presidencial nas eleições de outubro, tendo Manuela D'Ávila, do PCdoB, como candidata a vice-presidenta. O lançamento da candidatura de Haddad foi em Curitiba, em ato público em frente ao prédio da Polícia Federal, onde o ex-presidente está preso. Estavam presentes a presidenta do PT Gleisi Hoffmann e a ex-presidenta Dilma Rousseff, entre outras lideranças do partido. Na ocasião foi lida uma carta do ex-presidente Lula onde ele explica que os tribunais proibiram sua candidatura, preferindo manter as mentiras e perseguição contra o melhor presidente do Brasil, mesmo que àquela altura fosse líder disparado em todas as pesquisas de intenção de voto.

Lula reafirmou sua inocência e reforçou que está preso injustamente há mais de cinco meses, sem que os procuradores da Operação Lava Jato apresentassem uma única prova contra ele, que não cometeu nenhum crime, que sua condenação é uma farsa judicial e uma vingança política daqueles que nun-

ca aceitaram a derrota. Assim interromperam um projeto para o Brasil com um golpe não só contra o PT, mas contra a democracia, contrariando inclusive acordos do país com o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Na carta, Lula reforçou a lealdade e competência de Fernando Haddad, que, além de seu ministro da Educação, foi prefeito da maior cidade do Brasil e coordenou o plano de governo do partido. Reafirmou também a parceria histórica com o PCdoB, representado pela vice-presidência na chapa com o nome de Manuela D'Ávila e a aliança com os movimentos sociais e as forças democráticas e populares.

Finalizou a carta com “quero pedir, de coração, a todos que votariam em mim, que votem no companheiro Fernando Haddad para presidente da República. E peço que votem nos nossos candidatos a governador, deputado e senador para construirmos um país mais democrático, com soberania...”

Virada no processo eleitoral

Com a substituição de Lula como candidato do PT,

que liderava as pesquisas de intenção de voto, com até 39% em algumas sondagens, um novo quadro se apresentou. Somado a isso, no dia 6 de setembro, o candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro (PSL), que despontava na segunda colocação sofreu um atentado, vítima de uma facada durante um comício na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O caso ainda não foi esclarecido, mas tudo indica que o agressor seja uma pessoa com problemas psiquiátricos, muito embora sua trajetória no último período indique o planejamento do crime. A vinculação com os advogados de sua defesa também permanece mal explicada.

O fato manteve o candidato Jair Bolsonaro, que tinha apenas nove segundos no horário eleitoral gratuito e cerca de 18% de intenções de voto, hospitalizado e afastado da campanha eleitoral, porém fortemente presente na mídia, sobretudo nos dias que se seguiram ao atentado.

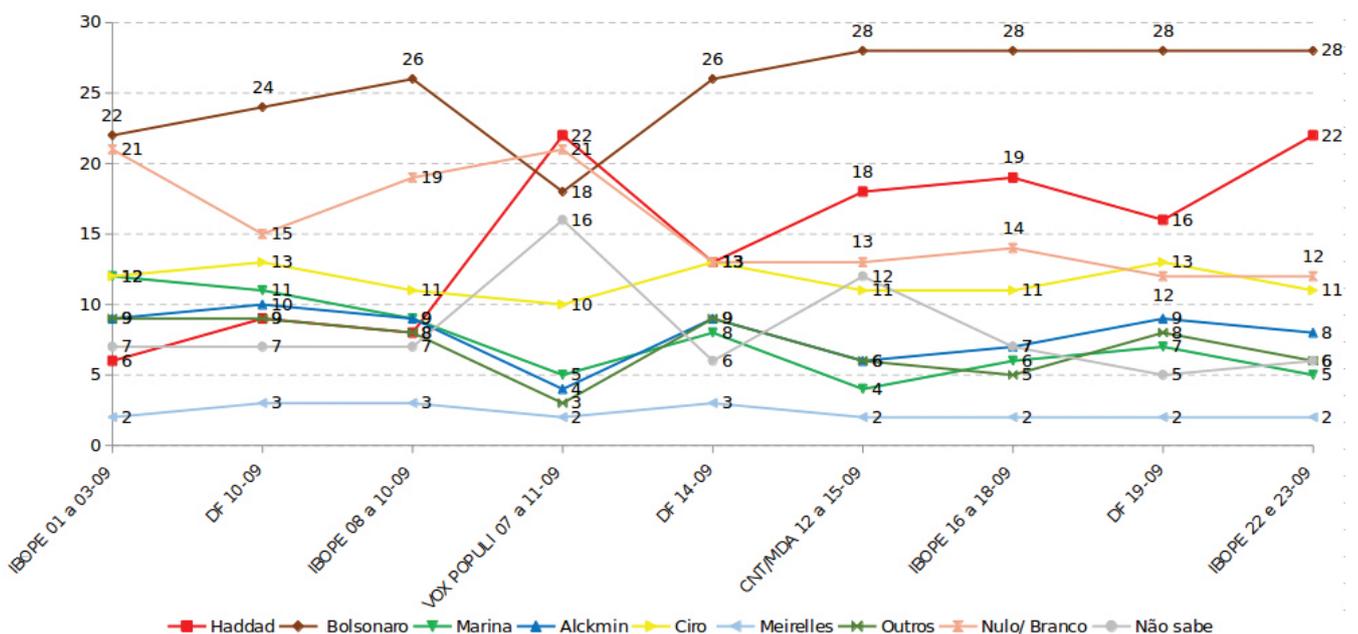
Com a entrada de Haddad e sem Lula na disputa, as pesquisas de intenção de voto do mês de setembro passaram a captar a liderança de Jair Bolsonaro e a rápida transferência de votos de Lula a Haddad, que deverão disputar o segundo turno.

Jair Bolsonaro cresceu levemente logo após o atentado, entre 8 e 10 de setembro, quando o Ibope

captou quatro pontos a mais, no limite da margem de erro. A partir daí teve ligeira oscilação positiva até o dia 15, e, nas últimas quatro pesquisas, segundo os três diferentes institutos que usam a mesma metodologia, se manteve estável, na casa dos 28%, seu teto ao que tudo indica.

Já Haddad, tão logo foi anunciada sua candidatura, saiu do patamar de 8% a 9%, chegou a 13% e empatou com Ciro Gomes (PDT) três dias depois, segundo o Datafolha, e cresceu mais de dez pontos em uma semana, segundo o Ibope, de 8%, em 8 a 10 de setembro, para 19%. A CNT, em parceria com a MDA, confirmou os números, registrando 18% de intenções de voto em Haddad, que com isso abriu vantagem de mais de sete pontos em relação a Ciro Gomes, com 11%, na terceira posição. A última pesquisa Datafolha, de 19 de setembro, manteve Haddad na segunda posição, com 16%, mas captou Ciro com 13%. Em 22 e 23, a quinze dias das eleições, o Ibope confirmou o petista no segundo turno, com 22% das intenções de voto, o dobro da de Ciro, 11%.

Alckmin e Marina se mantiveram tecnicamente empatados, ela com 5% e em queda desde o início do mês e ele estável, atualmente com 8%, assim como Henrique Meirelles, este com 2%. A taxa de brancos e nulos caiu de 21% no início do mês para atuais 12%, e 5% ainda não sabem em quem irão votar.



Segmentação

A segmentação da pesquisa mais recente até o fechamento desta edição, realizada pelo instituto Ibope nos dias 22 e 23 e divulgada no dia 24, nos permite compreender o crescimento do candidato do PT, Fernando Haddad, e a dificuldade que outros tem para crescer. O aumento de três pontos percentuais nas intenções de voto do petista pode ser explicado pelo seu desempenho em alguns segmentos da sociedade.

Haddad cresceu em quase todos os segmentos, e o aumento acima da margem de erro de 2% foi detectado entre os que têm de 25 a 34 anos (de 16% para 23%), os que têm mais de 55 anos (de 18% para 23%), entre os moradores do Norte e do Centro-Oeste (de 15% para 20%) e do Sul (de 11% para 19%). O candidato do PT só não cresceu em um segmento: os que possuem entre 16 e 24 anos.

O petista lidera entre os que possuem até a quarta série (com 28%) e entre os que têm da quinta a oitava série do ensino fundamental (com 26%), entre os que possuem renda de até um salário mínimo (com 30%), os residentes na região Nordeste (com 34%). Empata tecnicamente com Bolsonaro entre as mulheres (ambos com 21%), 35 a 44 anos (23% para Haddad e 24% para o deputado), 55 anos ou mais (25% a 23% para Bolsonaro), católicos (25% a 24% para Haddad), pretos e pardos (25% a 24% para Bolsonaro) e quem se declarou de outra raça/cor que não branco, preto ou pardo (28% a 25% para Haddad).

Considerando as taxas dos que não se decidiram, ainda há espaço para o crescimento de Haddad. Os segmentos mais indecisos são as mulheres (8%), os que têm de 45 a 54 anos (7%) e mais de 55 anos (11%), escolaridade até a quarta série do ensino fundamental (12%), da quinta a oitava série (8%), renda de até um salário (9%) e de um a dois salários (8%), sulistas (8%), evangélicos (7%) e pretos/pardos (7%).

Em relação aos outros candidatos, a segmentação da pesquisa Ibope nos permite traçar o perfil de seus eleitorados. A liderança de Bolsonaro é puxada pelo voto masculino, mais jovem e mais rico. Nota-se claramente como o voto do deputado é marcado por renda, por exemplo. Quanto mais crescem a renda e escolaridade, que no Brasil é historicamente demarcada também pela renda,

maior o número proporcional de eleitores de Bolsonaro. Chama a atenção a queda no desempenho do Sul, que na última pesquisa dava 38% dos votos para o deputado, desempenho que caiu para 30%. Outro critério que marca o voto bolsonarista é cor, visto que o desempenho do candidato entre brancos é 8% maior do que entre pretos e pardos. O voto em Bolsonaro também cresce entre aqueles eleitores que não votariam no PT de jeito nenhum, onde possui 59% das intenções de voto, o que indica que o voto em Bolsonaro é muito mais um voto anti-petista e anti “tudo o que está aí”, do que em qualquer proposta que porventura o candidato venha a apresentar.

A adesão definitiva às candidaturas é maior entre os eleitores de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, 51% e 49% de seus eleitores, respectivamente afirmam que sua decisão de voto é definitiva e não mudará de jeito nenhum, indicando a clara polarização dessa eleição.

Com metodologia diferente, entrevistas realizadas por telefone, e com interesse voltado a monitorar o mercado de capitais, a XP/Ipespe, BTG/Pactual e o Poder 360 também realizaram pesquisas de intenção de voto presidencial e os resultados, embora em escalas diferentes, apresentaram a mesma tendência das pesquisas amostrais realizadas por entrevistas pessoais.

A última pesquisa da XP/Ipespe, realizada entre os dias 17 e 19 de setembro, mostra Jair Bolsonaro na liderança com 28% dos votos, seguido por Fernando Haddad, com 16%, confirmando os números da Datafolha. Ciro manteve-se em 11%. Já a última pesquisa do Poder 360, realizada entre os dias 19 e 20 de setembro também por abordagem telefônica, mas com aplicação eletrônica, registra empate técnico entre Jair Bolsonaro, com 26% e Fernando Haddad, com 22% e Ciro mais abaixo com 14%.

A da BTG/Pactual, que utiliza da mesma metodologia e foi aplicada entre os dias 22 e 23 de setembro, registram crescimento de Jair Bolsonaro que atinge os 33%, acompanhado pelo também crescimento de Haddad, com 23%, mantendo a diferença de cerca de dez pontos percentuais, observada nas pesquisas CNT/MDA e Ibope e garantindo a presença de ambos no segundo turno. Ciro fica na terceira posição, com 10%.

Apesar da diferença nos números, todas as pes-

quisas concordam que nesse momento haverá segundo turno, disputado entre o deputado e capitão reformado do exército, Jair Bolsonaro, do PSL, contra o ex-ministro da Educação, ex-prefeito de São Paulo e afilhado de Lula, Fernando Haddad, do PT.

Segundo turno

Segundo a mais recente pesquisa realizada pelo Ibope, entre 22 e 23 de setembro, haverá segundo turno, disputado por Bolsonaro e Haddad, com vitória do petista com 43% das intenções de voto contra 37% de Bolsonaro.

Em um segundo turno entre Ciro e Bolsonaro, o pedetista teria vantagem com 46% das intenções de voto contra 35% de Bolsonaro. Se o segundo turno fosse disputado entre Alckmin e Bolsonaro, Alckmin também venceria com 41% a 36%. Somente Marina Silva poderia empatar com Bolsonaro, ambos agora com 39%.

Em um provável segundo turno entre Haddad e Bolsonaro, Haddad se destaca no segundo turno entre os mais jovens, os que cursaram entre a quinta e oitava série, os com renda inferior a um salário mínimo e os eleitores da região Nordeste. Já Bolsonaro venceria a disputa no segundo turno contra Haddad entre os homens, os que possuem curso superior, e entre os eleitores das regiões Sul e Sudeste.

No cálculo de votos válidos para essa disputa, Haddad vence com 54% dos votos válidos e Bolsonaro fica com 46%.

Rejeição

O candidato Jair Bolsonaro também lidera em rejeição. A taxa dos que não votarão no candidato de jeito nenhum cresceu quatro pontos percentuais, passando de 42% para 46%. Os demais candidatos mantiveram suas taxas de rejeição estáveis, Haddad

com 30%, Marina 26%, Alckmin 20% e Ciro 18%.

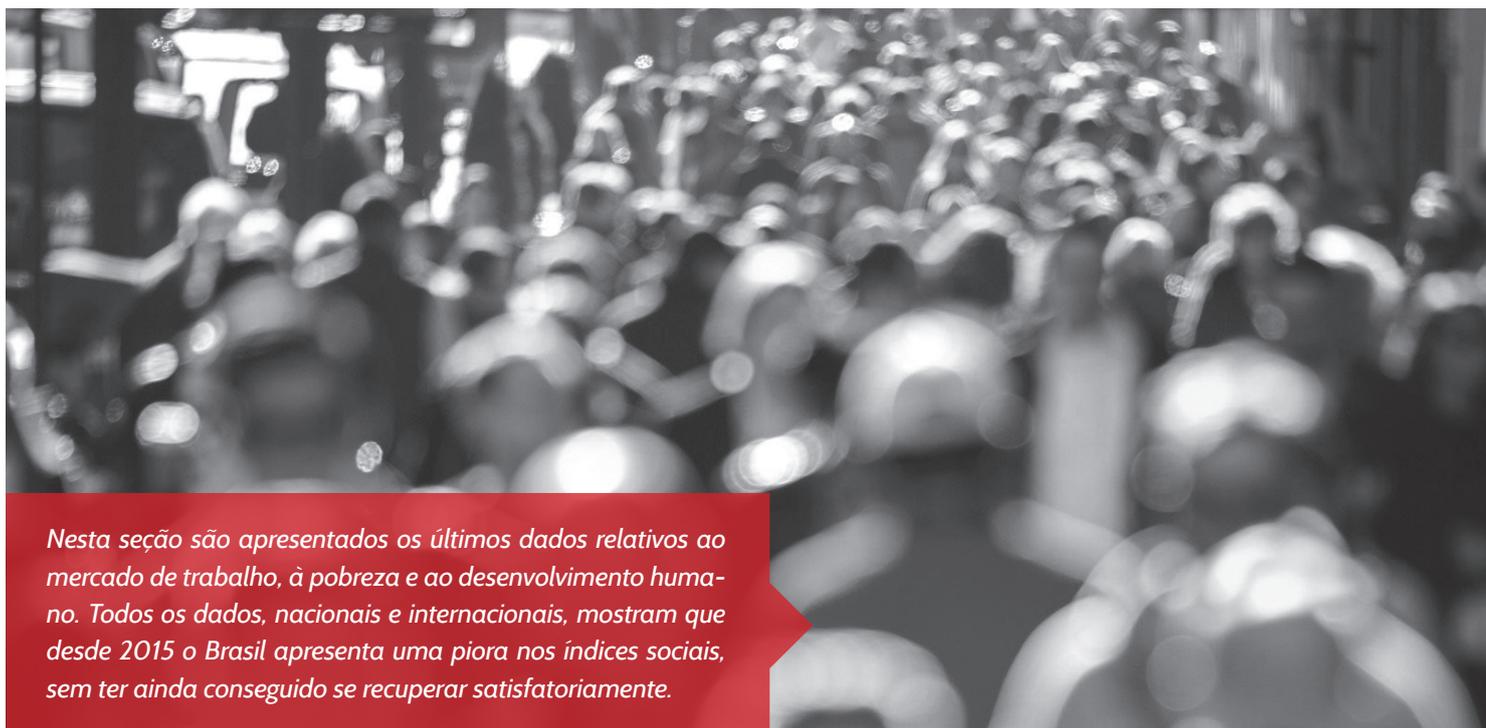
Em relação a segmentação da rejeição, Bolsonaro tem pior desempenho no Nordeste (rejeição de 60%), entre as mulheres (54%) e entre os que possuem renda familiar mensal de até um salário mínimo (57%). Haddad possui a maior rejeição entre os que ganham mais de cinco salários mínimos (50%).

O aumento da rejeição de Bolsonaro possivelmente se deve às crescentes críticas que o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin tem feito em sua campanha. Segundo Alckmin, somente sua candidatura seria capaz de pôr fim à polarização entre antipetistas e antifascistas esquecendo de dizer que foi seu partido que iniciou esse processo de polarização, ainda durante os governos petistas. Da mesma forma, o discurso de que somente Ciro poderia impedir a vitória de Bolsonaro perde força com a nova configuração da disputa ao segundo turno.

Ainda que as nuvens da onda fascista pareçam se dissipar lentamente, é preocupante saber que a direita brasileira abriu espaço para uma candidatura como a de Bolsonaro, apoiada em ideias antidemocráticas e extremista, pautada no discurso do ódio e extermínio de adversários, a defesa da tortura e da ditadura, de uma Constituição sem a participação do povo através do voto, permissão ao estupro e discriminação à famílias sem a presença masculina, tenha a adesão, ainda que momentânea, de quase um terço da população brasileira.

O Ibope mediu a preferência partidária e o PT alcança 27%, retomando índices de 2012. O PSL pela primeira vez alcança o PSDB, com 5% de preferência e os demais partidos não superaram 2%. Por outro lado, o antipetismo ainda continua na casa dos 30%, sendo o PT o partido com maior rejeição, seguido pelo PSDB, com 8%. O antipetismo é maior entre os eleitores de 25 a 34 anos, os que possuem curso superior e cresce conforme aumenta a renda familiar.

SOCIAL



Nesta seção são apresentados os últimos dados relativos ao mercado de trabalho, à pobreza e ao desenvolvimento humano. Todos os dados, nacionais e internacionais, mostram que desde 2015 o Brasil apresenta uma piora nos índices sociais, sem ter ainda conseguido se recuperar satisfatoriamente.

Alto desemprego e crescente precariedade

A taxa de desocupação no trimestre de maio a julho de 2018 chegou a 12,3%. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é 0,6 ponto percentual menor que no trimestre de fevereiro a abril de 2018 e 0,5 ponto percentual menor que no mesmo trimestre do ano anterior.

Apesar da queda na taxa de desocupação e na população desocupada, essa última é de 12,9 milhões de pessoas. Já a subutilização (que soma os desocupados, os que desistiram de procurar emprego e aqueles que trabalham menos horas do que gostariam) chegou a 27,6 milhões de pessoas, cerca de um milhão a mais que no mesmo trimestre do ano de 2017. Isso ocorre em grande parte por efeito da ampliação dos que desistiram de procurar emprego (desalentados) e que, assim, saíram da estatística de desocupados: o número de desalentados cresceu de quatro milhões de pessoas de maio a julho de 2017 para 4,8 milhões de maio a julho de 2018, um dos maiores índices da série histórica iniciada em 2012. Já o percentual de pessoas desalentadas na população de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho ou desalentada foi estimado em 4,4% no trimestre de maio a julho de 2018, contra 3,8% no mesmo trimestre do ano anterior.

A população ocupada foi de 91,7 milhões no trimestre, 928 mil pessoas a mais em relação ao trimestre móvel anterior (fevereiro a abril de 2018). Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (90,7 milhões), houve alta de 1,1%. Essa alta ocorre com o aumento do emprego sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria: o número de empregados com carteira de trabalho assinada (33 milhões) ficou estável em relação ao trimestre imediatamente anterior e ao mesmo trimestre no ano anterior; o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,1 milhões) ficou estável em relação ao trimestre anterior e subiu 3,4% (mais 368 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior; já a categoria de trabalhadores por conta própria (23,1 milhões) ficou estável na comparação com o trimestre de fevereiro a abril de 2018 e, em relação ao mesmo período do ano anterior houve alta de 2,1% (mais 483 mil pessoas).

Os dados mostram que as ocupações geradas a partir da Reforma Trabalhista têm sido puxadas pela informalidade e pelo aumento do trabalho por conta própria. Mesmo assim, ainda há 12,9 milhões de brasileiros desocupados e, em uma perspectiva mais ampla, 27,6 milhões de subutilizados.

Por outro lado, o rendimento médio mensal real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas

tem crescido e foi de 2.205 reais no trimestre de maio a julho de 2018, mas apresenta grandes diferenças em relação ao sexo dos trabalhadores,

também segundo a Pnad: o rendimento médio das mulheres ocupadas equivaleu a 77% do rendimento dos homens ocupados.

Rendimento médio mensal real, habitualmente recebido no mês de referência de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, por sexo e diferença de rendimento

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homens	R\$ 2.436	R\$ 1.702	R\$ 1.590	R\$ 2.867	R\$ 2.703	R\$ 2.757
Mulheres	R\$ 1.864	R\$ 1.523	R\$ 1.368	R\$ 2.057	R\$ 2.006	R\$ 2.095
Mulheres/Homens	77%	89%	86%	72%	74%	76%

Fonte: Elaboração própria a partir de Pnad

Nas duas regiões com menores salários essa diferença foi menor, com o salário das mulheres correspondendo a 89% do salário masculino no Norte e 86% do salário masculino no Nordeste. Um dos motivos é a maior proximidade dos rendimentos médios de ambas as regiões ao salário mínimo, considerado uma espécie de piso da remuneração.

Nas regiões com maiores rendimentos, como Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o percentual foi respectivamente de 72%, 74% e 76%, evidenciando também o fenômeno do teto de vidro, em que as mulheres têm mais obstáculos para alcançar salários mais altos nos locais onde empregos condizentes estão disponíveis apesar de terem maior escolaridade que os homens, seja por preconceito, seja por obrigações domésticas como trabalho de cuidado ou trabalho doméstico.

Além disso, as mulheres gastam parte maior de seu tempo do que os homens com trabalho doméstico e atividades de cuidado não remuneradas, retirando-lhes tempo que poderia ser remunerado no mercado de trabalho/gerar rendimentos, contribuindo também para a redução de seus rendimentos em relação à população masculina.

Já os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que houve um saldo positivo de 110.431 vagas formais em agosto de 2018 (sendo o setor de serviços responsável pela criação de 66.256 postos formais em agosto e, dentro dele, o subsetor de ensino responsável pela criação de 20.338 postos formais), o melhor resul-

tado para um mês de agosto desde 2013. O saldo de contratos intermitentes em agosto foi de 3.996 e de trabalho parcial 3.165.

No entanto, desde a vigência da Reforma Trabalhista só foram gerados, segundo o Caged, 150 mil postos de trabalho formais, frente a uma desocupação que acomete 12,9 milhões de desocupados.

Pobreza: austeridade traz de volta a pobreza

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado na imprensa mostra que de 2014 a 2017 o Brasil tem 6,3 milhões de novos pobres, caracterizados como aqueles brasileiros que vivem com menos de 233 reais mensais.

Segundo a pesquisa, o percentual de brasileiros pobres saltou de 8,3% em 2014 - após queda contínua e acentuada desde 2003 - para 11,1% em 2017, o que dá uma dimensão do impacto da crise econômica no país. Os próprios autores da pesquisa apontam que o último trimestre de 2014 é um marco, pois no início de 2015, com a adoção da austeridade fiscal e o consequente corte das políticas sociais, o quadro se modificou e a pobreza voltou a crescer no país.

Por outro lado, dados do Banco Mundial mostram que aumentou também a pobreza extrema (ou miséria) no Brasil: em 2015, 3,4% ou 6,9 milhões de brasileiros viviam com menos de 1,9 dólar por dia - o equivalente a 4,1 reais à época. Um ano antes, esse percentual era de 2,8% da população.

Os dados mostram a dimensão do desmonte e o impacto social das políticas de austeridade fiscal,

que fizeram o Brasil retroceder anos no combate à pobreza, impactando diretamente a qualidade de vida de milhões de brasileiros.

Índice de Desenvolvimento Humano: Brasil estagnado

Dados do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (Pnud) mostram que o Brasil está estagnado em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De 2016 a 2017, o Brasil cresceu somente 0,001 no Índice (a tabela abaixo mostra que o efeito da crise do país, em especial na renda, caiu de 2015 para 2016) e se manteve na 79ª posição internacional.

Tendência do IDH do Brasil com base em dados de séries temporais consistentes

	Esperança de vida ao nascer	Anos esperados de escolaridade	Média de anos de estudo	RNB per capita (2011 PPP\$)	IDH
1990	65,3	12,2	3,8	10,697	0,611
1995	67,6	13,3	4,6	11,097	0,648
2000	70,1	14,3	5,6	11,197	0,684
2005	72,0	13,8	6,3	12,041	0,700
2010	73,8	14,0	6,9	14,112	0,727
2015	75,3	15,4	7,6	14,350	0,757
2016	75,5	15,4	7,8	13,730	0,758
2017	75,7	15,4	7,8	13,755	0,759

Fonte: Índices e Indicadores de Desenvolvimento Humano: atualização estatística de 2018

O IDH é computado levando em consideração aspectos da saúde, educação e renda da população e, quanto mais alto seu valor melhor seria o desenvolvimento humano do país. O Brasil continua no quinto lugar entre os países latino-americanos, atrás de Chile, Argentina, Uruguai e até mesmo da Venezuela. Esse último país, apesar de estar sofrendo grande crise econômica e política, ainda apresenta indicadores mais positivos que o Brasil, em especial no quesito educação.

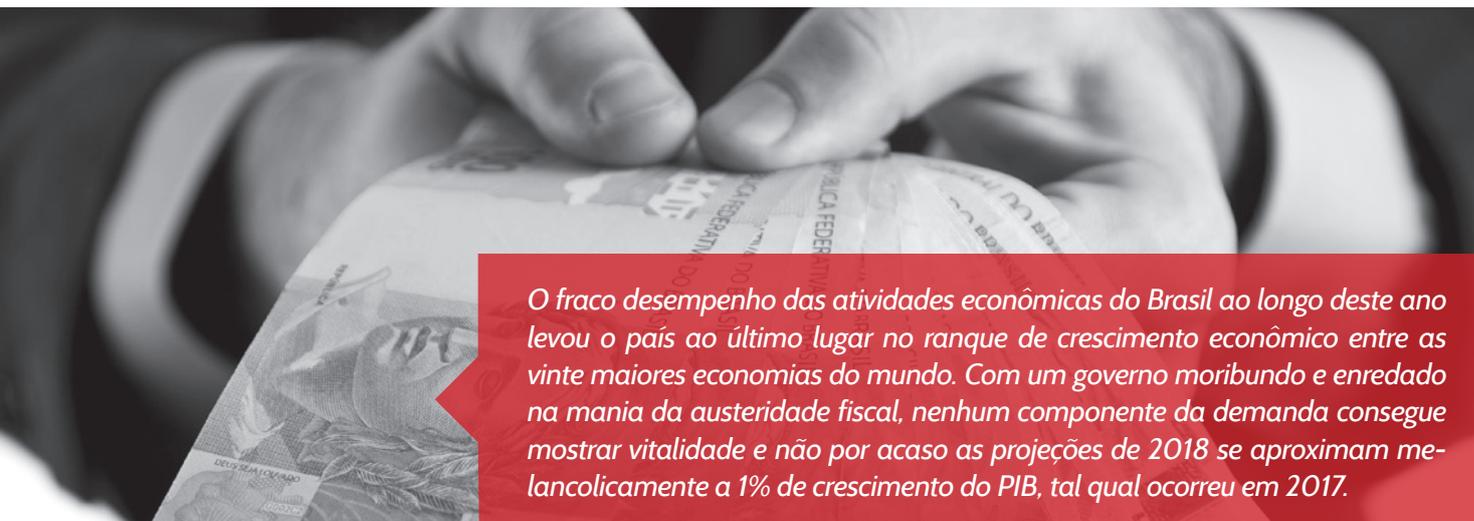
Porém, segundo o Pnud, no IDH ajustado à desigualdade, o Brasil é o terceiro país da América do Sul que mais perde no IDH devido ao ajuste realizado pela desigualdade, ficando atrás do Paraguai e da Bolívia.

Outro ponto em que o Brasil mostra sua desigual-

dade é novamente na questão de gênero: segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); o IDH masculino é de 0,761, enquanto o feminino é de 0,755. “Apesar de as mulheres terem melhor desempenho na dimensão educação e longevidade que os homens, a renda das mulheres é 42,7% menor que a dos homens: 17,566 para os homens contra 10,073 para as mulheres”.

Fato destacado pelo Pnud é que o ritmo de evolução do índice baixou drasticamente nos últimos anos: entre 2012 e 2014, o índice aumentou 0,016, enquanto entre 2014 e 2017 cresceu apenas 0,007. Assim, também os dados de IDH mostram que o Brasil está estagnado no seu desenvolvimento devido aos efeitos da adoção da austeridade e da crise econômica.

ECONOMIA



O fraco desempenho das atividades econômicas do Brasil ao longo deste ano levou o país ao último lugar no ranque de crescimento econômico entre as vinte maiores economias do mundo. Com um governo moribundo e enredado na mania da austeridade fiscal, nenhum componente da demanda consegue mostrar vitalidade e não por acaso as projeções de 2018 se aproximam melancolicamente a 1% de crescimento do PIB, tal qual ocorreu em 2017.

Nível de Atividade

Na medida em que se aproximam os estertores do governo golpista de Michel Temer, os indicadores do nível de atividade trazem resultados cada vez mais apagados, reforçando as projeções que eram feitas neste boletim no início do ano e que, àquela altura, contradiziam o discurso ufanista do então ministro Henrique Meirelles e de seus pares no mercado financeiro.

De acordo com a mais recente revisão das estimativas de crescimento do PIB divulgada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou em último lugar entre os países do G20, com uma taxa de crescimento esperada de apenas 1,2% em 2018. Somente a Argentina deve ter ficado em patamar inferior, porém, não calculado pela OCDE por falta de dados disponíveis.

Com isso, já é certo que a depressão econômica atual é a mais grave e mais longa de toda a história brasileira, o que revela o rotundo fracasso das políticas econômicas ortodoxas, fundadas no mito da austeridade fiscal e no argumento pueril da conquista da “confiança”. Derrubaram um governo, extraíram a fórceps a mais radical legislação de controle de gastos de que se tem notícia no mundo, aprovaram uma flexibilização radical das relações de trabalho e, como resultado, entregaram a mais baixa taxa de investimento desde 1947.

Também as últimas medições divulgadas pelas pesquisas setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reforçam o diagnóstico de estagnação da economia brasileira. No setor de

serviços, o volume de atividade no mês de julho registrou forte queda em relação ao mês imediatamente anterior (-2,2%), puxado especialmente pelo recuo no segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, cujo tombo alcançou 4% e, em menor medida, pela retração dos serviços de informação e comunicação (-2,2%) que desde o início da crise recessiva têm enfrentado um trajetória cadente que parece indicar inclusive uma mudança estrutural da economia. Entre os segmentos das atividades de serviço, o único que se manteve com variação positiva na passagem para o mês de julho foi o de serviços prestados às famílias, com um crescimento de 3%.

Já no setor do comércio varejista, o volume de vendas caiu pelo terceiro mês consecutivo em julho, registrando um encolhimento de 0,5% em relação ao mês anterior, no cálculo com ajuste sazonal. Entre os segmentos que apresentaram quedas mais expressivas em suas vendas na passagem para julho, destacam-se o de móveis e eletrodomésticos (-4,8%), o de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-2,7%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,5%).

Quando se considera o indicador do comércio varejista ampliado (que inclui a comercialização de automóveis e suas partes e peças além de material de construção civil), a queda na passagem do mês fica em 0,4%, com a venda de veículos, partes e peças, perdendo 0,8% em relação a junho e o comércio de materiais de construção que retraiu 2,7%.

No que se refere ao desempenho do setor industrial, de acordo com o levantamento mensal realizado pelo IBGE (PIM-PF), registrou-se no mês de julho uma queda de 0,2% que resultou de uma retração na produção física das indústrias de transformação (-0,6%) frente a uma ampliação da produção das indústrias extrativas (0,6%). Pelo lado da demanda do setor industrial, quando se analisa o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também se percebe em julho uma contração de 1% no comparativo com o mês anterior, resultante de uma forte redução da aquisição de máquinas e equipamentos (-7,6%) que, em parte, foi compensada por um aumento de 1,7% nos investimentos na construção civil.

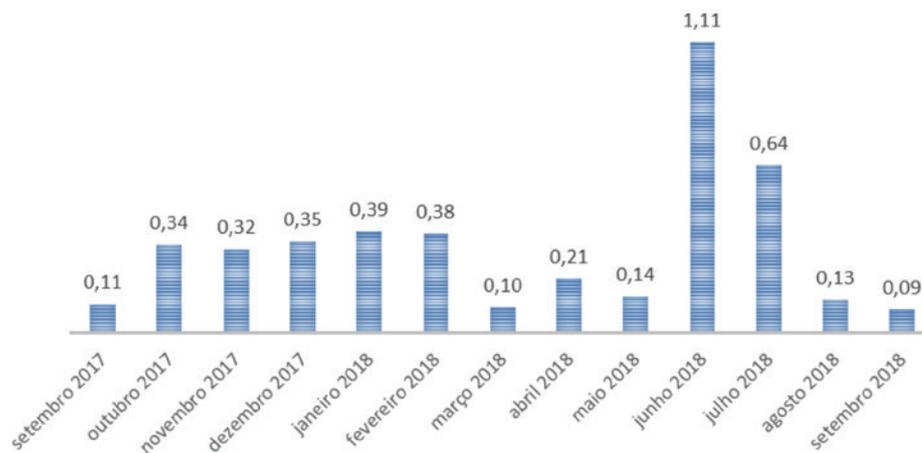
No cômputo geral, portanto, o primeiro mês do terceiro trimestre do ano dá sinais de que a economia

deverá seguir andando de lado, com flutuações em torno de patamares muito baixos e sem nenhum vetor mais robusto capaz de engrenar uma aceleração do crescimento ainda neste ano.

Inflação e política monetária

Depois de registrar uma inflação bastante reduzida no mês de agosto (0,13%), o IPCA-15 aferido no mês de setembro ficou ainda mais baixo (0,09%), o que indica que os efeitos altistas decorrentes da crise dos combustíveis parecem ter se dissipado por completo (veja gráfico). Com a economia estagnada, um contingente de quase 28 milhões de brasileiros subocupados e uma grande capacidade ociosa no setor industrial, os preços ao consumidor têm se mantido próximos da estabilidade, pressionados apenas pelos reajustes dos preços administrados, especialmente dos combustíveis e energia elétrica.

Inflação Mensal / IPCA-15 (em %)



Fonte: IBGE

No acumulado do ano, já considerado o resultado apurado pelo IPCA-15 em setembro, chegou-se a 3,23%, enquanto o acumulado nos últimos doze meses alcançou 4,28%. Frente a essa trajetória, os analistas de mercado estimam que 2018 encerrará com o IPCA apontando uma inflação anual de aproximadamente 4,28%, portanto, abaixo do centro da meta (4,5%) perseguida pelo Banco Central.

Contudo, apesar da trajetória dos preços domésticos indicar que o Banco Central tem errado o alvo, por excesso de conservadorismo – isto é, os juros estariam excessivamente elevados para o atual comportamento da inflação –, na última reunião

do Comitê de Política Monetária (Copom) a diretoria do BC decidiu por unanimidade manter a taxa Selic no patamar de 6,5% ao ano.

Mais grave ainda, de acordo com o comunicado da diretoria emitido ao final da reunião do último dia 20, há real possibilidade de se começar um gradativo aumento da taxa básica de juros já a partir do próximo encontro, marcado para 10 de outubro, logo após o encerramento do primeiro turno. Ao que sugere a mensagem do BC, a depender da reação do mercado frente ao resultado eleitoral, poderia ser necessário elevar a Selic para evitar uma desvalorização mais brusca do real. Para alguns

analistas, se o dólar chegar a 4,50 reais, o BC deve dar início a esta estratégia contracionista.

Comércio Exterior

Os números da balança comercial brasileira apurados até a terceira semana de setembro seguem indicando que o país colherá um superávit de bom tamanho no ano 2018, provavelmente o segundo maior da história, ficando cerca de 10% abaixo do que foi registrado em 2017. O valor acumulado das exportações alcançou até aqui 173,9 bilhões de dólares enquanto as importações chegaram a 131,8 bilhões. Com isso, já são cerca de 42 bilhões de dólares de saldo no ano, o

qual deverá crescer nos meses que ainda restam até alcançar algo próximo dos 55 bilhões de dólares.

Quando se compara o volume das operações de comércio exterior acumulado nos primeiros oito meses do ano de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior (veja tabela), observa-se que tanto as exportações quanto as importações se mantiveram praticamente no mesmo patamar que havia sido registrado no ano anterior (respectivamente 100% e 99%). Contudo, já no comparativo por valor em dólar, o total importado em 2018 cresceu 24% enquanto o valor das exportações avançou apenas 9%. É isso, em linhas básicas, que explica a projeção de queda do superávit comercial para este ano.

Evolução da balança comercial nos oito primeiros meses do ano

Produtos	Exportações (2018/2017)		Importações (2018/2017)	
	(em valor)	(em volume)	(em valor)	(em volume)
Básicos	112%	102%	116%	105%
Semimanufaturados	96%	90%	122%	93%
Manufaturados	111%	91%	125%	96%
TOTAL	109%	100%	124%	99%

Fonte: MDIC

Além desse comportamento desfavorável entre a evolução dos preços de nossas importações vis-à-vis os preços de nossas exportações, cabe destacar que a corrente de comércio registrou um avanço dos produtos básicos, tanto em termos de volume quanto de preços, que foi acompanhado de uma queda no volume das trocas de manufaturados e de semimanufaturados. É expressivo e preocupante o fato de as exportações brasileiras de produtos manufaturados ter alcançado até esta altura do ano apenas 91% do volume no mesmo período do ano anterior, especialmente porque houve neste período uma forte desvalorização do real que deveria ter impulsionado as vendas externas.

Contas Públicas

Enquanto na grande mídia os gastos com o custeio da máquina pública e com a Previdência Social continuam sendo satanizados diariamente como os principais responsáveis pelo déficit público, os dados do Tesouro Nacional divulgados mensalmente revelam de forma crua e inquestionável o enorme peso

das despesas com juros para o país. No mês de julho, do déficit nominal do setor público de 29,2 bilhões de reais, nada menos do que 25,8 bilhões de reais (ou 88%) resultaram do pagamento líquido de juros da dívida pública, o que significa que o déficit primário do setor público apurado no mês foi de apenas 3,4 bilhões de reais, isto é, 12% do nominal (total).

Já quando se observa o resultado em termos acumulados nos doze meses encerrados em julho, observa-se que o déficit público nominal alcança 7% do PIB, dos quais apenas 1,2% correspondem ao déficit primário, sendo o restante (5,8% do PIB) decorrência exclusiva dos exuberantes gastos com juros da dívida pública.

Na comparação com ano anterior, percebe-se uma significativa melhora no resultado primário do setor público, o qual havia alcançado 2,83% do PIB no mês de julho daquele ano. Em grande medida, essa redução do déficit primário de aproximadamente 1,6% se deve à melhora das receitas fiscais que apenas entre janeiro e julho de 2018 avançaram 1,5 ponto percentual em relação ao PIB na comparação com o mesmo período de 2017.

TERRITORIAL



As mortes decorrentes de intervenção policial aumentaram 55% nos últimos dois anos, chegando a 5.159 pessoas em 2017. Essa exacerbada truculência no combate à criminalidade e a decorrente violência demonstra não só sua ineficácia, mas também colabora para o agravamento destas situações.

VIOÊNCIA LETAL POLICIAL PROPULSIONA HOMICÍDIOS NO BRASIL

Por muitos consideradas símbolo de eficiência policial diante do aumento da criminalidade, as mortes cometidas por policiais mostram o descontrole da política de segurança pública brasileira. Em outros países com políticas de segurança pública mais eficientes, esta “postura ativa”, no linguajar policial brasileiro, é normalmente considerada reflexo de falta de comando e de treinamento policial para agir de forma inteligente e coordenada diante de uma situação crítica.

Os jornais e principalmente os moradores das periferias colecionam histórias de injustiças cometidas e, por vezes, encobertas. É de se esperar que entre as 5.159 pessoas assassinadas pela polícia em 2017, existam centenas, ou milhares, de ‘Amarildos’. Muitos destes crimes são acompanhados pela impunidade, sendo este um dos principais fatores para o fortalecimento das milícias cariocas, por exemplo.

Há de se fazer justiça com o risco da profissão e demonstrar respeito aos 367 policiais civis e militares mortos (77 em serviço e 290 fora de serviço) no mesmo ano, mas a estatística dos assassinatos mostra

que essa violência exacerbada não vem dando certo pra nenhum dos lados.

O homicídio policial

Dos dez estados onde a polícia proporcionalmente mais mata, oito são das regiões Norte e Nordeste do país. Entre estes destacam-se no Norte o Amapá, com a Taxa de Homicídios por Intervenção Policial (THIP) de 8,5 por 100 mil habitantes, a maior do país, e Acre e Pará, ambos com THIP de 4,6; além da Bahia, no Nordeste, com 4,4. Com a segunda maior THIP do país, o Rio de Janeiro também se destaca negativamente nesta lista, com 6,7 mortos por 100 mil habitantes e cerca de 1.127 pessoas assassinadas por policiais em 2017. A THIP fluminense é maior do que a Taxa de Homicídios total (TH) de países como Afeganistão (6,6%), Argentina (6,5%) e Cuba (4,7).

Por outro lado, os estados onde a polícia é menos letal são Rondônia e Distrito Federal, com THIP respectivas de 0,3 e 0,1.

A Taxa de homicídios

A tabela 1 mostra que os estados das regiões Nordeste e Norte também concentram as maiores taxas de homicídio do país, especificamente as dez maiores. A violência se destaca no Rio Grande do Norte (TH de 68),

Acre (63,9) e Ceará (59,1). Os estados menos violentos são São Paulo (TH de 10,7) e Santa Catarina (16,5). São Paulo, no entanto, foi alvo de críticas em 2015 ao mudar sua metodologia de cálculo de homicídios, passando a não contabilizar nestas estatísticas as mortes cometidas por PMs de folga em legítima defesa.

Tabela 1. Taxas de Homicídio (TH) e Taxa de Homicídios por Intervenção Policial (THIP)

Unidades Federativas e Brasil	Taxa de homicídios cometidos por policiais - 2015	Taxa de homicídios cometidos por policiais - 2017	Taxa de Homicídios 2015	Taxa de homicídios 2017	Varição da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Varição da taxa de homicídios entre 2015 e 2017
Amapá	2,6	8,5	38,2	53,9	5,9	15,7
Acre	1,2	4,6	27	63,9	3,4	36,9
Rio de Janeiro	3,9	6,7	30,6	40,4	2,8	9,8
Tocantins	0,7	3,0	33,2	26,6	2,3	-6,6
Pará	2,4	4,6	45	53,4	2,2	8,4
Bahia	2,3	4,4	39,5	45,1	2,1	5,6
Sergipe	1,9	3,9	58,1	55,7	2,0	-2,4
Goiás	2,1	3,9	45,3	39,3	1,8	-6,0
Rio Grande do Norte	2,2	4,0	44,9	68	1,8	23,1
Alagoas	2,9	4,2	52,3	56,9	1,3	4,6
Pernambuco	0,5	1,3	41,2	57,3	0,8	16,1
Ceará	1	1,8	46,7	59,1	0,8	12,4
Espírito Santo	0,6	1,0	36,9	37,4	0,4	0,5
Paraíba	0,4	0,7	38,3	31,9	0,3	-6,4
Mato Grosso	0,2	0,5	36,8	31,5	0,3	-5,3
Piauí	0,6	0,9	20,3	20,2	0,3	-0,1
Minas Gerais	0,5	0,8	21,7	19,6	0,3	-2,1
Maranhão	1,3	1,6	35,3	29,4	0,3	-5,9
Santa Catarina	0,9	1,1	14	16,5	0,2	2,5
Rio Grande do Sul	1	1,2	26,2	26,7	0,2	0,5
São Paulo	1,9	2,1	12,2	10,7	0,2	-1,5
Amazonas	0,8	1,0	37,4	31,3	0,2	-6,1
Roraima	1	1,1	40,1	44	0,1	3,9
Paraná	2,2	2,3	26,3	22,6	0,1	-3,7
Distrito Federal	0,3	0,3	25,5	18,2	-0,0	-7,3
Mato Grosso do Sul	1,5	1,4	23,9	20,8	-0,1	-3,1
Rondônia	0,5	0,1	33,9	28,1	-0,4	-5,8
Brasil (total)	1,6	2,5	28,9	30,8	0,9	1,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Versão do documento: retificação de setembro de 2018.

O crescimento da violência

No período de 2015 a 2017, a taxa de homicídios do país cresceu de 29,9 a 30,8 mortes por 100 mil habitantes. Com o crescente número de assassinatos nos últimos anos (63.895 somente em 2017), o Brasil se tornou o país onde mais se matam pessoas no mundo. A taxa de homicídios brasileira está entre as quinze maiores do planeta.

Regionalmente, esta violência vem aumentando sobretudo nas já citadas regiões Norte e Nordeste, bem como no Rio de Janeiro. Os estados com maior variação positiva no índice de homicídios entre 2015 e 2017 fo-

ram Acre (crescimento de 36,9 pontos), Rio Grande do Norte (23,1), Pernambuco (16,1) e Amapá (15,7). Por outro lado, apresentaram as maiores reduções o Distrito Federal (-7,3 pontos), Tocantins (-6,6) e Paraíba (-6,4).

É inegável que este crescimento mais significativo da TH possui um forte vínculo com a expansão da maior facção criminosa do país, o PCC (Primeiro Comando da Capital), que procura se consolidar nas regiões Nordeste e Norte, uma vez que em São Paulo, diante da omissa gestão estadual tucana de Alckmin e Serra, se expandiu nos moldes de uma grande empresa. A

“sorte” de São Paulo é que o PCC percebeu há muito tempo que o conflito e a violência não geram lucros, fazendo com que o estado aparente estar estatisticamente num grau de segurança pública bem melhor, quando, na realidade, se encontra numa panela de pressão, que poderá explodir assim que o PCC se sentir contrariado em alguns de seus interesses.

Este crescimento da TH só comprova a precariedade da atual política de segurança pública nacional, baseada em ações desproporcionalmente violentas nas ruas, no encarceramento em massa e maus tratos dentro do sistema prisional, que acabam por arregimentar ainda mais integrantes à estas facções criminosas.

Um dos aspectos estatísticos que começam a demonstrar a ineficácia da violência policial no combate ao crime é a constatação de que mesmo o aumento substancial desta violência letal não conseguiu reduzir a taxa de homicídios nos últimos anos. Em 2013 foram 2.212 pessoas assassinadas, em 2017 foram 5.159. Apenas entre 2015 e 2017, a THIP elevou-se em 56,2% (de 1,6 para 2,5), enquanto a TH cresceu 6,6% (de 28,9 para 30,8).

Regionalmente, entre 2015 e 2017, a THIP aumentou principalmente no Amapá (5,9 pontos percentuais), no Acre (3,4pp) e no Rio de Janeiro (2,8pp). A violência letal policial reduziu somente em dois estados, e de forma modesta, no Mato Grosso (-0,1 pp) e Rondônia (-0,4 pp).

Violência policial: impulsionadora dos homicídios

Por comparação simples pode-se perceber que na grande maioria dos estados onde a violência policial letal aumentou a violência não se reduziu, ao contrário. Entre 2015 e 2017, nos estados do Amapá, Acre e Rio de Janeiro, os três onde a THIP mais cresceu, a TH cresceu 41,1%, 136,7% e 32% respectivamente.

Por outro lado, em Rondônia e no Mato Grosso do Sul, onde a violência policial reduziu em 0,4 pp e 0,1 pp respectivamente, a TH também se reduziu, em 5,8pp e 3,1 pp.

As 919 mortes a mais cometidas por policiais em 2017 em relação a 2016, corresponderam a 40% dos 2.298 homicídios a mais que ocorreram no país no mesmo período. Esta contribuição matemática para o aumento no número e taxa de assassinatos total é lógica e indiscutível. No entanto, a proporção da THIP em 2017 (2,5) corresponde somente a 8,1% da TH total do país no mesmo ano (30,8). Isto demonstra que a contribuição da violência policial para o aumento da TH é mais complexa, e o ditado que diz “violência gera violência” começa a fazer cada vez mais sentido. Estatisticamente, a atuação policial na repressão aos crimes funciona como um indutor da violência, e não como redutor, no sentido contrário dos crescentes discursos de parte das lideranças políticas e da população, de que precisamos de uma atuação policial ainda mais letal.

Tabela 2. Resumo do modelo estatístico

Faixa de variação da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Média da variação da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Média da variação da taxa de homicídios entre 2015 e 2017
Acima de 2 pp	3,0	9,6
Entre 1 e 1,9 pp	1,6	7,2
Entre 0,1 e 0,9 pp	0,3	0,3
Inferior ou igual a zero	-0,2	-5,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1 deste documento.

A Tabela 2 resulta de um agrupamento dos resultados da variação das TH e THIP por faixa de variação da THIP entre 2015 e 2017. A categoria que abarca os estados da federação que tiveram uma variação superior a 2 pontos percentuais neste quesito apresentou variação média da THIP de 3 pp e uma variação média da TH de 9,6 pp. A segunda categoria, que abarca a

faixa de 1 a 1,9 pp de crescimento da THIP, apresentou crescimento médio de 1,6 pp neste quesito e 7,2 pp na Taxa de Homicídios. Estes resultados reforçam a hipótese, a ser estatisticamente testada adiante, de que quanto mais cresce a violência policial, pior fica a segurança pública da população brasileira.

A categoria mais diversa de resultados é a de estados com variação positiva da THIP até 0,9 pp entre 2015 e 2017. Com a média da variação de ambas variáveis em 0,3, pode-se supor que o aumento mais sutil da violência letal policial possui baixa ou muito baixa influência nos resultados da TH.

Por fim, pode-se observar um resultado alvissareiro: os três estados que apresentaram redução da violência policial no período analisado também obtiveram redução nas respectivas taxas de homicídio, em média de 5,4 pp.

Desta forma fica confirmada a tese de que o aumento excessivo dos homicídios cometidos por policiais acaba por gerar ainda mais assassinatos em retorno a estas ações.

Estes resultados também levantam uma preocupação com o futuro próximo. Com candidatos à Presidência como Jair Bolsonaro, que defende tão explicitamente o aumento da violência policial e que incita diferentes tipos de violência em seus discursos, a estatística e o bom senso apontam que poderemos ter de nos adaptar a um cotidiano com ainda mais assassinatos e hostilidades, seja de ladrões, policiais ou “cidadãos de bem”.

Resultados como estes demonstram a prioridade que

devem merecer outras práticas de segurança pública em detrimento da violência policial, seja na reforma do sistema penitenciário, no uso da inteligência para prevenção da violência, na alteração das políticas de redução de homicídios ou combate à drogadição e no investimento de qualificação e valorização do profissional de segurança do país.

Sobre o Modelo estatístico

Para verificar e mensurar esta tese, foram analisadas diretamente as duas variáveis de oscilação das THIP e TH entre 2015 e 2017, como disposto na Tabela 1. A hipótese estatisticamente testada é que as oscilações da variável independente “Variação da Taxa de Homicídios por Intervenção Policial” influenciam diretamente as oscilações da variável dependente “Variação da Taxa de Homicídios”. Para tal foi elaborado inicialmente um histograma de dispersão, que apontou a relação linear entre as duas variáveis citadas. Em seguida foram utilizadas as técnicas de “Coeficiente de Correlação de Pearson” e “Regressão Linear”.

Tabela 3. Resumo do modelo estatístico

R (correlação de Person)	R quadrado	Erro padrão da estimativa	Significância	Durbin-Watson
0,588	0,346	8,733	0,001	1,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1 deste documento.

A tabela 3 apresenta uma síntese dos resultados destes cálculos. Pode-se observar nela que o Coeficiente de Correlação de Pearson entre a variável independente e a dependente foi de 0,588. Sendo então comprovado que há uma associação estatística de nível moderado entre estas variáveis, o que permite partir para a análise seguinte.

A probabilidade de significância indica, sinteticamente, a probabilidade de nulidade da hipótese. É estatisticamente aceitável que o resultado de até 0,005 indique a inexistência desta nulidade. Neste caso, o resultado de 0,001 dá muita confiabilidade a este resultado.

O indicador teste Durbin-Watson analisa a correlação entre os resíduos (outliers) resultantes da amostra, como por exemplo os estados de Tocantins, Sergipe e Goiás, que apresentaram reduções nas respectivas TH

apesar do aumento significativo das THIP. A existência de uma correlação entre estes *outliers* invalidariam a tese de que o aumento da oscilação da THIP também gera um crescimento da oscilação da TH, ao invés de reduzi-la. E esta correlação não ocorreu: o resultado de 1,4 demonstra que não há tal correlação, uma vez que a variação aceita para Durbin-Watson vai de 1 a 3 (Field, 2009), comprovando estatisticamente a confiabilidade da mesma e da tese, apesar do desequilíbrio ocasionado pelos *outliers* apresentados.

Possivelmente o indicador mais importante desta tabela seja o “R quadrado”, ele indica objetivamente que os resultados da variável “Variação da THIP” (onde 88,9% dos resultados apontam para o aumento da letalidade policial) influenciam em 34,6%, no mesmo sentido, os resultados da variável “Variação da TH”, sejam para aumentá-la ou reduzi-la.

COMUNICAÇÃO



Esta seção trata do comportamento editorial e dos articulistas da mídia tradicional após a apresentação de Fernando Haddad como candidato do PT e de sua rápida ascensão nas pesquisas de intenção de voto. Na parte internacional, o tema em questão é a grande polarização existente no Brasil, considerada preocupante pelos principais jornais estrangeiros.

A ascensão de Haddad e a imprensa tradicional

Após o anúncio da candidatura de Fernando Haddad à Presidência da República e sua rápida ascensão nas pesquisas não demorou para os principais grupos da imprensa tradicional tomarem partido na tentativa de frear esta subida. A pesquisa Ibope divulgada em 24 de setembro mostrou que Haddad venceria Bolsonaro por 43% a 37% no segundo turno, dissipando o empate detectado na pesquisa anterior, em que ambos tinham 40% (leia mais em Política e Opinião Pública, pág. 11).

O movimento que tomou conta dos editorialistas e principais colunistas de jornais tradicionais, a princípio, explicitou a tentativa de tornar um demérito o fato de Haddad ser o candidato apoiado por Lula, o que o colocaria como “fantoche”, caso eleito. Também passaram a comparar declarações do atual

candidato à Carta ao Povo Brasileiro de Lula, em 2002, para insinuar que Haddad não será coerente com o seu programa de governo e fará um inflexão à direita. Finalmente, conclamam uma aliança dos partidos de “centro” contra o que supostamente seria a extrema esquerda (o PT) e a extrema direita (Bolsonaro) para alavancar o estacionado representante do PSDB, Geraldo Alckmin.

Um texto do colunista da *Folha de S.Paulo*, Gregorio Duvivier, publicado na segunda-feira, 24 de setembro, sob o título “Estão tirando Haddad à força do campo democrático”, ilustra este posicionamento de forma bem humorada. “Articulistas e formadores de opiniões estão desesperados com o resultado das recentes pesquisas de intenções de voto. Pra isso, afinal, servem os articulistas: pra se desesperar com o voto da população, essa classe

de despreparados. O povo não chega a ficar chateado com eles, porque uma das coisas que unem os formadores de opinião do país é que, por sorte, ninguém os lê.”

E conclui: “Ao tentar expulsar à força um dos candidatos do campo democrático, nossos articulistas acabam por mostrar que eles mesmos não estão no campo democrático. Pra combater as urnas, propõem, em uníssono, uma puta solução: todas as candidaturas do centro (sic) democrático deveriam abdicar da sua candidatura pra apoiar Geraldo Alckmin, o quarto colocado nas pesquisas.”

Editoriais

Na escalada de campanha anti-PT, o jornal o *Estado de S.Paulo* publicou dois editoriais, nos dias 12 e 13 de setembro. O primeiro, “O candidato postiço”, segundo o qual “Está claro desde sempre, e muito mais agora, que Haddad é apenas um preposto que concorrerá ao mais alto cargo do Executivo nacional não porque deseja administrar o país segundo suas ideias ou as de seu partido, mas para fazer as vontades de um presidiário”. E o segundo, “A paixão de Lula”, no qual afirma que “o PT é prisioneiro de Lula – cujo único propósito é sair da cadeia”.

A *Folha de S.Paulo* publicou o editorial “Inflexões petistas”, em 18 de setembro, no qual critica Haddad por não ter sinalizado qual será seu ministro da Fazenda caso seja eleito e afirma que o petista indicou uma inflexão rumo ao pragmatismo em debate promovido pelo Uol. “Nada de novo, aliás, em se tratando de campanhas petistas. Luiz Inácio Lula da Silva caminhou para o centro ideológico de forma bem-sucedida em 2002, com a célebre Carta ao Povo Brasileiro. Já Dilma Rousseff colheu um desastre político ao nomear um ortodoxo para a Fazenda, em evidente reviravolta da agenda propagandeada na ofensiva pela reeleição”, diz o texto.

No dia 20, o jornal da família Frias contrariou abertamente o critério jornalístico ao anunciar os números da pesquisa Datafolha, com a manchete: “Bolsonaro vai a 28% e Haddad, a 16%; Ciro lidera no 2º turno, mostra Datafolha”. Se Ciro é o terceiro colocado, esta manchete não faz nenhum sentido.

O editorial publicado pelo jornal *O Globo* no dia

20 de setembro, “Haddad entra na corrida rumo ao centro”, relembra 2003. “Lula, inicialmente, cumpriu a promessa e, para reforçar o compromisso, permitiu que Palocci, no Ministério da Fazenda, seguisse uma política de ajuste ‘neoliberal’, ajudado, no Banco Central, por ninguém menos que um tucano, Henrique Meirelles, e, mais do que isso, ex-presidente mundial do BankBoston, um dos braços do ‘capital financeiro monopolista internacional’. E conclui: “Mas conspira contra PT e Fernando Haddad o desfecho daquela apenas aparente – viu-se depois – conversão do partido às boas práticas de política econômica. A dúvida é se aprenderam a lição ou poderão cometer outro estelionato eleitoral”.

Imprensa estrangeira mostra Brasil naufragado

As reportagens publicadas sobre o Brasil na imprensa estrangeira em setembro que abordavam basicamente dois temas: o incêndio no Rio de Janeiro e as eleições que se aproximam. Ambos os assuntos causaram espanto e cada um deles foi abordado de forma parecida. Sobre a política brasileira, o quadro que se faz é de preocupação. Todos os veículos, sem exceção, dizem que este processo eleitoral é o mais incerto e também o mais polarizado desde o final da ditadura militar.

O jornal francês *Le Monde* publicou um editorial no início de setembro intitulado “Brasil: o naufrágio de uma nação”. Sem dúvida o texto mais crítico, não trata de um determinado candidato, mas da irracionalidade que, segundo o editorialista, tomou conta do Brasil. O texto afirma que o país está perdido e confuso. Hoje, os brasileiros estão enfurecidos porque querem a volta do tempo da prosperidade. Algo que desapareceu.

Entretanto, a volta para o trilho dos sonhos não está clara, muito longe disso. Cansados da corrupção e dos políticos, os brasileiros não conseguem se entender. Como sintomas desse naufrágio, são citados o esfaqueamento de Bolsonaro, o assassinato de Marielle Franco, o incêndio do Museu Nacional e os tiros disparados contra a caravana do ex-presidente Lula. Para o jornal francês, essa sucessão de ocorridos é consequência do estado lastimável do Brasil.

Tão significativo quanto o editorial francês é o artigo publicado na revista *The Economist*, que aponta Jair Bolsonaro como um perigo para a democracia brasileira e para a América Latina. O texto menciona o candidato do PSL como um populista tal qual Donald Trump e outros que têm conseguido se eleger em diversos países. A revista de ideologia liberal cita Paulo Guedes, braço direito do deputado, como alguém que se formou na escola de economia de Chicago e, por isso, alguém perigoso.

O artigo afirma que o general Pinochet tinha auxiliares que se formaram no mesmo local e que, para alcançar a estabilidade econômica do país, submeteram o povo chileno ao sofrimento. Com esse paralelo e citando que Bolsonaro é um admirador da ditadura e da tortura, a *The Economist* diz que Bolsonaro poderia superar o rótulo de “rouba mas faz” que já existe no Brasil e encarnaria outra classificação, muito pior: “tortura mas faz”. A revista conclui que o Brasil teve avanços nos últimos tempos, mas precisa de muitas reformas, no entanto, Bolsonaro não é o homem para fazê-las. O artigo ainda lembra que ele constantemente faz ofensas a negros, gays e também às mulheres.

Para além desses dois textos que foram muito críticos e muito significativos, a imprensa estrangeira também noticiou a impugnação da candidatura de Lula, sempre citando que apesar de estar impedido de ser candidato, Lula defende a sua inocência e conta com a defesa da militância de esquerda, que não aceita a prisão do ex-presidente. Sobre Lula, merece destaque a reportagem publicada no jornal inglês *The Guardian*. O texto diz que a Justiça brasileira desafiou uma solicitação do Comitê de Direitos Humanos da ONU, que orientava a manter a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, já que ele continua a ter seus direitos políticos e que não foi

julgado em última instância.

A impugnação da candidatura de Lula gerou notícias sobre Fernando Haddad. Ele foi apresentado como ex-prefeito de São Paulo, um acadêmico e especialista na teoria marxista. Para alguns veículos, Haddad tem o benefício de contar com o apoio do ex-presidente Lula, mas também certo peso negativo pelo mesmo apoio. Nesse caso, fica evidente que jornais europeus e dos Estados Unidos tratam da política brasileira como se ela funcionasse sob a mesma lógica da política nesses locais.

O episódio do atentado contra o deputado Jair Bolsonaro também foi amplamente noticiado. Entretanto, nenhum veículo discutiu o fato como aconteceu com a impugnação do ex-presidente Lula. As notícias apenas relataram o ocorrido e, na sequência, apresentaram a evolução do quadro clínico de Bolsonaro e como ele teve uma leve subida nas pesquisas após ser esfaqueado.

Para a imprensa estrangeira, o Brasil é um país perdido, em que o povo está polarizado, dividido pelo ódio. Talvez um bom exemplo da barbárie brasileira seja uma reportagem publicada no site do *New York Times* sobre as críticas que internautas brasileiros fizeram a um vídeo postado na internet pela embaixada alemã, que explicava o que tinha sido o Holocausto. Esses usuários da internet discordaram do governo alemão e disseram que o partido de Hitler era de esquerda o que, segundo eles, ficava claro pelo nome Partido Nacional-Socialista. Irritados com o vídeo, os internautas foram mais longe e começaram a comentar que o material tratava de uma “Holofraude”. Chega a ser triste ver esse tipo de coisa sendo publicada sobre o Brasil, mas o fato é há pessoas assim entre os brasileiros.

MOVIMENTOS SOCIAIS



À medida em que se aproximam as eleições, ganha destaque a capacidade da militância democrática e popular de se mobilizar nas redes e nas ruas. E o movimento sindical passa por mais um duro teste pós-'deforma' trabalhista.

A aproximação do primeiro turno das eleições de 2018 revela cada vez mais o protagonismo dos movimentos sociais nas redes. E consolida o ativismo dos eleitores de esquerda e progressistas neste espaço de disputa.

Destaque dessa mobilização em setembro, sem dúvida, foi o movimento de mulheres que criou o hashtag #EleNão e que, em apenas três dias, reuniu milhões em torno do combate ao candidato Jair Bolsonaro e sua pauta misógina e machista.

Criado em 30 de agosto no Facebook, o grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” ultrapassou trezentas mil adesões apenas no primeiro dia. Em três dias, bateu às portas do milhão. Na mesma semana, a página foi atacada por hackers, o que não a abateu, ao contrário.

De volta ao ar, levantou voo de vez, passando de dois milhões de integrantes e espalhando a frase #EleNão por diferentes espaços, como o Twitter, e trazendo para a arena dessa luta mulheres de diferentes preferências partidárias e de todas as profissões. Suscitou polêmicas, como a protagonizada pela cantora Anitta que, ao se declarar indecisa em sua conta no Twitter, provocou posicionamentos vigorosos de um lado a outro. Até que no domingo, dia 23, viesse a público manifestar sua adesão à campanha #EleNão.

O vigor demonstrado pela ação das mulheres contra

Bolsonaro nas redes impulsionou a criação de mais grupos com o mesmo lema e consolidou o debate em outros canais além do Facebook. Importante destacar que grandes mobilizações de mulheres vêm ganhando as ruas no contexto das disputas que antecederam o golpe de 2016, em defesa de direitos e contra o machismo.

Outra movimentação importante deve ser creditada a algumas torcidas organizadas de times de futebol que emitiram notas de repúdio à candidatura do “coiso”, como o ex-capitão é tratado nas redes.

A resistência ao fascismo representado pela candidatura do PSL também uniu as principais centrais sindicais. A CUT e a CTB já haviam declarado voto explícito em Fernando Haddad e Manuela D’Ávila. As demais acenaram a Ciro Gomes. O crescimento da chapa PT-PCdoB e a permanência do ex-capitão no páreo, ao final de setembro, no entanto, fizeram lideranças das outras centrais repudiarem voto no “coiso”. No mesmo período, lideranças da Força Sindical e da UGT permaneciam aliados do candidato do PSDB e não haviam se posicionado contra a candidatura do PSL.

Como parte dos analistas e da mídia aventou que poderia haver migração maciça dos chamados antipetistas ao voto no candidato do PSL já no primeiro turno, desde as primeiras horas a partir da confirmação de Haddad como o “presidente do Lula”, quem teme o ris-

co de retrocesso procurou manifestar-se logo. Pode-se imaginar também que o “fator facada” e suas possíveis consequências também motivaram a tomada de posição dos defensores e defensoras do #EleNão.

O forte crescimento de Fernando Haddad nas pesquisas de intenção de voto, tão logo oficializado pelo Partido dos Trabalhadores como o substituto de Lula na corrida presidencial, foi fator preponderante para outras mobilizações nas redes

Embora ainda mais citado nas redes – com maioria de menções negativas – o candidato do PSL não foi o destaque. Haddad brilhou a partir da segunda metade de setembro.

O candidato do PT cresceu 120% no total de citações no Twitter, enquanto o ex-capitão caiu 32%, segundo levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Pú-

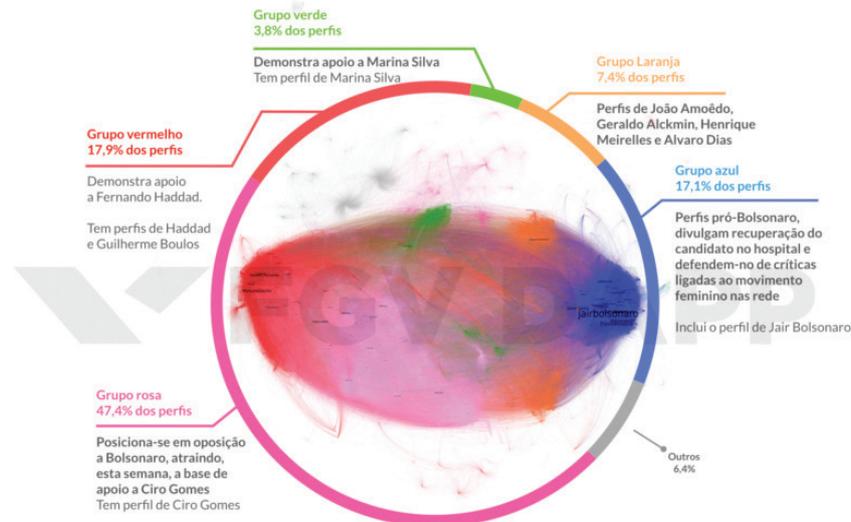
blicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (ver gráfico).

Do ponto de vista qualitativo, a mobilização dos simpatizantes de Fernando Haddad também foi superior aos demais candidatos. No embate direto com o ex-capitão, no período até o dia 18 de setembro, o candidato do PT registrou ultrapassagem: 17,9% das menções diretas no Twitter ao professor e ex-ministro da Educação foram de apoio, contra 17,1% das feitas ao adversário. Já no quesito críticas, o candidato do PSL recebeu o maior número entre todos: 47,4% de quem se manifestou sobre a corrida presidencial foram contra.

As medições das redes sociais, como a realizada pela Getúlio Vargas, ainda não captam o que ocorre nos grupos de Whatsapp, ferramenta muito utilizada no debate político.

Mapa de interações sem robôs sobre os presidenciais

4.603.595 retuites | data de análise: 12.set a 18.set



Fonte: Twitter | Elaboração: FGV DAPP

FGV DAPP

Nas ruas

Embora o perfil das campanhas tenha mudado significativamente neste ano, em virtude da nova legislação, e as redes tenham crescido em importância, os movimentos sociais continuam fazendo das ruas um teatro decisivo da luta.

Pouco antes do fechamento desta edição, os pernambucanos deram uma grande demonstração de empenho ao receberem os candidatos Haddad e Manuela em Recife, na sexta-feira, dia 21. Dezenas de milhares de militantes compareceram.

Na semana seguinte, dia 29 de setembro, os movimentos feministas foram às ruas de todo o Brasil para protestar contra o fascismo. A mobilização também ganhou algumas das capitais de outros países. Formadas por grupos pluripartidários, as mobilizações tiveram maioria de simpatizantes da candidatura do PT, refletindo a própria conjuntura eleitoral.

O fato de o crescimento das mobilizações de rua coincidir com a proximidade do primeiro turno e com a subida de Haddad sinaliza que, muito provavelmente, a população continua enxergando as eleições como im-

portante momento de protesto. Neste caso, protesto contra a situação criada a partir do golpe de 2016.

Lula Livre

Se é possível falar em formas “tradicionais” de mobilização nestes tempos que correm, a mais simbólica de todas permanece viva em Curitiba. Ao final de setembro, a Vigília Lula Livre completa cinco meses de resistência. No dia 7 de outubro, quando ocorrer o primeiro turno das eleições, serão exatos seis meses da prisão de Lula e de resistência popular diante da sede da Polícia Federal na capital paranaense.

Essa mobilização, que conheceu seu ápice no dia 1º de maio, quando milhares de pessoas de todo o país comemoraram o Dia do Trabalhador na cidade, sob a bandeira Lula Livre, compreensivelmente diminuiu de tamanho. Porém, mantida voluntariamente pelos próprios participantes, dá exemplo incrível de resistência e continua atraindo visitantes ilustres que vão a Curitiba para visitar Lula, mas que não deixam jamais de passar pela vigília e dialogar com seus integrantes. Em setembro, entre outros, os manifestantes receberam o pensador estadunidense Noam Chomsky e o cantor e compositor Francis Hime.

Apesar do deslocamento das atenções para Haddad, a defesa da liberdade de Lula permanece ganhando novas demonstrações populares, como a segunda edição do Festival Lula Livre em São Paulo, em 16 de setembro.

Campanhas salariais

Os sindicatos também deram boa demonstração de como os movimentos sociais podem ser uma pedra

no sapato das pretensões dos golpistas. Depois do vendaval da “deforma” trabalhista, que retirou abruptamente parte importante do financiamento das entidades sindicais e reduziu ao mínimo possível as garantias de negociação, as representações dos trabalhadores conseguiram bons resultados nas campanhas salariais do primeiro semestre.

Segundo o Balanço de Greves preparado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos), 88% das campanhas do período atingiram reajustes – empate com a inflação – ou aumentos reais – acima da inflação. Tendo em perspectiva o fraco desempenho da economia brasileira, o resultado ganha maior relevo.

Outro ponto importante das campanhas foi a luta para garantir a manutenção de conquistas anteriores. Isso porque pelas regras trabalhistas em vigor impostas pelo governo Temer, existe a possibilidade de convenções e acordos coletivos de anos anteriores perderem validade caso a negociação do período atual não seja concluída.

Este temor – ainda não descartado – vai sendo vencido, como no caso da negociação e da luta da categoria bancária no segundo semestre. Os bancários, cuja maioria é representada por sindicatos filiados à CUT, conquistaram no final de agosto um reajuste salarial de 5% – reposição integral da inflação e aumento real de 1,31% que também se aplica na PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e nos vales alimentação e refeição e outras verbas como auxílio-creche/babá. Segundo projeção do Dieese, o ganho injetará aproximadamente dez bilhões de reais na economia brasileira até 1º de setembro de 2019.

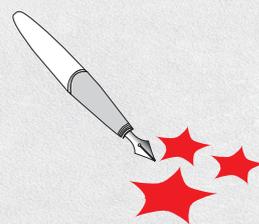


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente licenciado), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 25 de setembro de 2018.

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br